

Ata de Assembleia N.º 2023/1



Local de realização Sede da Junta de Freguesia







Ao vigésimo sexto dia do mês de Abril do ano de 2023, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, realizados e no salão Nobre da Junta de Freguesia, uma sessão Ordinária da Assembleia de Freguesia de Tadim, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos:

- 1. Votação da ata da Assembleia anterior nos termos do n.º 2 do art. 57º, lei 75/2013.
- 2. Apreciação, discussão e votação do relatório de contas relativo ao exercício de 2022.
- 3. Apreciação, discussão e votação da 1ª revisão do orçamento e PPI nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. n.º 9, lei 75/2013.
- 4. Informações do inventário da Junta nos termos da alínea b) do n.º 1 do art. nº 9, lei 75/2013.
- 5. Autorização de assinatura de contrato de delegação de competência com a Câmara Municipal no âmbito da Delegação de Competências do Projeto "ATENDIMENTO MUNICIPAL NOS ESPAÇOS CIDADÃO".
- 6. Autorização de assinatura de contrato de delegação de competência com a Câmara Municipal para Transferência de competências para as Freguesias NÃO URBANAS.
- 7. Aprovação do Regulamento de apoio à natalidade, após período de consulta pública;
- 8. Aprovação do Regulamento de Taxas e Licenças, após período de consulta pública;
- 9. Aprovação do Regulamento do Cadastro de Inventário, após período de consulta pública;
- 10. Aprovação do Regulamento do Cemitério, após período de consulta pública;
- 11. Aprovação do Regulamento da CAF/AAF, após período de consulta pública;
- 12. Análise do relatório do estatuto do Direito da Oposição, nos termos da alínea f) do n.º 2 do art 9º, lei 75/2013.
- 13. Informações do Presidente da Junta nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 9º, lei 75/2013.
- 14. Aprovação de ata em minuta.

Antes de dar início à assembleia, o Presidente da Assembleia, Carlos Silva informou que foram apresentados vários pedidos de suspensão de mandato dos membros da coligação Juntos por Tadim, tendo a substituição recaído no membro Rui Sá. Passando ao período antes da ordem do dia, o Presidente da Assembleia, Carlos Silva questionou se existia algum registo de intervenção para o período antes da ordem do dia tendo o membro Eduardo Gonçalves solicitado para apresentar um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Manuel Dias da Cunha, que se anexa a esta ata. De seguida, também os membros da oposição apresentaram um voto de pesar pelo falecimento do antigo Presidente de Junta e da Assembleia de Freguesia, Sr. José Manuel Dias da Cunha, também em anexo a esta ata. Os dois votos de pesar foram levados à votação tendo sido aprovados por unanimidade. Finda a votação procedeu-se a um minuto de silêncio em sua homenagem. De seguida o Presidente da Assembleia questionou se existiam mais intervenções tendo o membro Manuel Faria apresentado um voto de louvor pela comemoração dos quarenta e nove





anos do 25 de abril. Este voto de louvor, que se anexa a esta ata, foi aprovado por unanimidade. Seguidamente tomou da palavra o membro José António Vilaça tomado da palavra para apresentar algumas questões tendo iniciado a sua intervenção quanto a não publicação das atas quer do executivo quer da assembleia de freguesia. A segunda questão diz respeito à requalificação do parque infantil da EB1 da Estação pois achou estranho que existisse já um projeto com aval do diretor do agrupamento, onde nesse local estava prevista a construção de uma sala para os professores. Ainda em relação ao parque, questionou se estava tudo dentro da legalidade. Finda esta intervenção tomou da palavra a membro Liliana Costa para questionar novamente o Presidente da Junta relativamente às obras do cemitério, isto é, se estas tinham alguma garantia. Aproveitou ainda a sua intervenção para dizer que contrariamente ao voto de pesar apresentado pela Coligação achava que o Sr. José Manuel Dias da Cunha não tinha sido respeitado pela instituição Junta de Freguesia aquando a sua morte, pois só foi publico nas redes social uma barra negra quer no dia da missa de sétimo dia pois entendia que a caminhada solidária deveria ter sido adiada ou terminado mais cedo alegando que no fim da missa estavam a chegar os participantes em modo de festa. De seguida, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao executivo que respondeu que as questões colocadas seriam respondidas no ponto reservado às informações do Presidente.

Ponto 1 – Leitura e aprovação da ata da Assembleia anterior.

O Presidente da Assembleia, Carlos Silva, questionou se em relação à ata que já tinha sido distribuída se pretendiam introduzir alguma correção. Não havendo nenhuma sugestão de correção a ata foi levada à votação tendo sido aprovada por maioria com uma abstenção. Finda a sua aprovação, o membro Fernando Vilaça justificou a sua abstenção por não ter estado presente na assembleia em causa.

Ponto 2 – Apreciação, discussão e votação do relatório de contas relativo ao exercício de 2022.

Neste ponto, o Presidente da Assembleia, Carlos Silva, passou a palavra ao Executivo para apresentar o relatório de contas relativo ao exercício de 2022. O Presidente do Executivo, Rolando Vilaça tomou da palavra para dizer que o relatório em causa foi distribuído por todos os membros e que estava bem explícito, mas que estariam disponíveis para explicar o que entendessem necessário. O membro Manuel Faria tomou da palavra para questionar o executivo sobre o relatório de contas, nomeadamente para solicitar a informação relativamente às medidas que foram tomadas para ajudar as famílias mais carenciadas e quais os destinatários, continuou mencionando que relativamente à execução orçamental constatou que existiu uma diminuição das despesas de capital conforme consta no relatório e que assim sendo existiu um desinvestimento na freguesia. Nas receitas pediu esclarecimentos quanto a donativos e parques infantis. No que diz respeito a despesas, pediu esclarecimentos quanto às rubricas de festas e convívios, outras ofertas, conservação de espaços e equipamentos públicos, transportes e aluqueres, estudos e pareceres, publicidade, outros serviços e outras atividades culturais e recreativas. Frisou ainda que entendia que o saldo de gerência estava inflacionado visto que a junta recebeu o valor relativo às obras do cemitério e esse valor deveria ter sido pago. Terminadas as intervenções, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Executivo. A tesoureira Sandra Costa começou por responder ao comentário do membro Manuel Faria quanto desinvestimento na freguesia, começando por explicar que relativamente às obras do cemitério e o que faltava das obras das águas pluviais do Banido só foram pagas em janeiro o que influenciou a execução das despesas de capital e que, por conseguinte, o executivo teve que proceder à alteração do PPI. Em relação às receitas, a tesoureira informou que os donativos contabilizados dizem respeito aos patrocínios da Feira Franca e 100€ concedidos pelos carrinhos de choque pela utilização do espaço público. Quanto aos 2.170,70€ estes dizem respeito às inscrições nas Férias de Verão. Prossegui com o detalhe exaustivo das rubricas da despesa discriminando que o valor contabilizado em outras ofertas dizem







respeito às medalhas do Torneio de Páscoa do Futebol Clube de Tadim; em conservação de espaços e equipamentos públicos, do total contabilizado, 936,25€ dizem respeito às reparações das viaturas da Junta, 3.837,20€ da limpeza das bermas e 10.217,40€ das podas das árvores quer da freguesia, quer da escola EB 2/3; em relação à rubrica de transportes e alugueres as duas despesas contabilizadas dizem respeito a todos os alugueres de autocarros para todas as saídas das Férias de Verão e para o aluguer dos autocarros para o Passeio Sénior a Fátima. Relativamente à rubrica de publicidade discriminou que estão contabilizadas as despesas relativas à assinatura anual do Correio do Minho, anúncio da Feira Franca e o roteiro "A nossa terra". Em relação à rubrica de outros serviços detalhou que, do total contabilizado, 2.546,10€ dizem respeito à ginástica no pavilhão e que o custo efetivo para a junta desta atividade foi apenas de 626,10€ uma vez que está contabilizado na receita 1.920€ das mensalidades dos utentes. Para terminar passou ao detalhe minucioso das despesas contabilizadas em outras atividades culturais e recreativas nomeadamente, Magusto e Halloween, nas atividades das Férias de Verão informou que foram gastos 2.663,91€ mas com uma receita de 2.170,70€. Terminada esta intervenção tomou da palavra o membro Eduardo Gonçalves para clarificar o membro Manuel Faria relativamente às despesas de capital, mencionando que não pode ser feita uma avaliação tão linear pois nem sempre se reflete em desinvestimento. Não havendo mais questões, o ponto foi levado à votação tendo sido aprovado por maioria com 5 votos a favor e 4 abstenções.

Ponto 3 – Apreciação, discussão e votação da 1ª revisão do orçamento e PPI nos termos da alínea a) do n.º 1 do art. n.º 9, lei 75/2013.

Quanto a este ponto, o Presidente da Assembleia, Carlos Silva, passou a palavra à tesoureira Sandra Costa que explicou que o executivo teve que distribuir o Saldo de Gerência de 2022 para 2023 o que originou a alteração modificativa do orçamento e alteração do PPI. Como as obras das águas pluviais do Banido e cemitério, apesar do recebimento da câmara ter ocorrido em dezembro, só foram pagas em janeiro e tendo em conta que na elaboração do orçamento não estavam previstas para o ano de 2023 foi necessário a alteração ao PPI para as considerar. Na alteração modificativa ao orçamento explicou que além dos 72.352,22€ do saldo da gerência estão incluídos em outros reforços 7.000€ que dizem respeito ao recebimento previsto da Câmara relativo à revisão de preços da obra das águas pluviais do Banido. Depois passou ao detalhe dos valores e rubricas, quer de despesa corrente quer de capital, que reforçaram com o saldo de gerência de 2023, com base na execução do ano de 2023 e com as necessidades já previstas nomeadamente a inclusão das obras do banido e cemitério no PPI e orçamento de 2023. Terminou questionando se era necessário mais algum esclarecimento. Não havendo o ponto foi levado à votação tendo sido aprovado por unanimidade

Ponto 4 - Informações do inventário da Junta nos termos da alínea b) do n.º 1 do art. nº 9, lei 75/2013.

O Presidente da Assembleia, Carlos Silva, passou a palavra ao secretário Sérgio Sereno que começou por explicar que no ano anterior este ponto foi retirado propositadamente da ordem de trabalhos, deixando nota apenas que o executivo não tinha acesso ao inventário até àquela data. Que nessa assembleia foi combinado com o anterior executivo reunir para fazer o acerto do inventário e identificar todos os bens que estavam na listagem mas não existiam fisicamente em nenhum edifício da Junta de Freguesia. Informou que posteriormente se reuniram duas vezes. A primeira no pavilhão onde fizeram o levantamento de todo material existente e não existente. A segunda na sede da Junta da qual resultou uma ata com o resumo dos bens. Essa informação foi enviada por correio registado ao membro Manuel Faria com o convite de ser assinada presencialmente, contudo, apesar de várias insistências nunca os membros do anterior executivo compareceram para assinar a ata. De seguida leu o conteúdo da dita ata e que se anexa a esta ata. Prosseguiu referindo que apesar de nunca ter sido assinado o acerto, o atual executivo no decorrer







das suas obrigações fez um mapa de inventário todo novo (em anexo). Posto isto, e porque se trata de património da freguesia, o executivo dará seguimento processual e legal a todas as consequências que possam advir do não cumprimento do anterior executivo. De seguida tomou da palavra o membro Manuel Faria para afirmar que efetivamente o que foi dito pelo secretário Sérgio Sereno correspondia à verdade, contudo o executivo não alterou nada do que tinha sido apresentado apesar das explicações decorrentes desse levantamento. Mais disse que assumiam que certos itens tinham faltado, contudo discordavam e não aceitavam serem acusados dessa forma e que estariam dispostos a assumir as consequências. O secretário Sérgio Sereno concluiu dizendo que o executivo foi bastante flexível e que a relação de bens que constam em anexo à dita ata foi aquela que foi aceite pelo anterior executivo.

Ponto 5 - Autorização de assinatura de contrato de delegação de competência com a Câmara Municipal no âmbito da Delegação de Competências do Projeto "ATENDIMENTO MUNICIPAL NOS ESPAÇOS CIDADÃO".

Neste ponto, o Presidente da Assembleia, Carlos Silva, passou a palavra ao Executivo para apresentar o contrato em apreço. O Presidente do Executivo, Rolando Vilaça tomou da palavra para explicar que este contrato se prende com o facto de o Município ter decidido entregar os balcões de Espaço do Cidadão às freguesias. A junta de freguesia depois de analisar e avaliar esta decisão concordou tomar conta deste serviço sendo agora necessário a aprovação em assembleia para que possa proceder à assinatura do contrato. O membro Manuel Faria pediu que fosse esclarecido se a Junta iria abrir concurso público para admissão de uma pessoa para exercer funções públicas ou afetar o colaborador em funções administrativas, e se o contrato celebrado com os CTT não iria ser prejudicado. O secretário Sérgio Sereno tomou da palavra para responder ao membro Manuel Faria dizendo que obviamente que o executivo avaliou os encargos que poderia acarretar para a junta e o que decidiram em conjunto com as duas entidades competentes - Câmara e CTT - foi que num período experimental iriam afetar a funcionária Angélica Oliveira a este atendimento. Isto porque a funcionária afeta até agora a este atendimento não tem trabalho que justifique a contratação de um funcionário a tempo inteiro. Mais informou que a Angélica receberá formação para poder prestar este serviço sem desta forma onerar mais a Junta de Freguesia e manter os serviços à comunidade. O membro Manuel Faria deixou a alerta de que com esta decisão não se perca a qualidade dos serviços do CTT nomeadamente, no que toca ao levantamento das reformas. O secretário Sérgio Sereno respondeu dizendo que era um reparo válido e que estariam atentos a essa situação. Não havendo mais intervenções, este ponto foi levado à aprovação tendo sido aprovado por maioria com 4 abstenções.

Ponto 6 - Autorização de assinatura de contrato de delegação de competência com a Câmara Municipal para Transferência de competências para as Freguesias NÃO URBANAS.

Neste ponto, o Presidente da Assembleia, Carlos Silva, passou a palavra ao Executivo para apresentar o contrato em apreço. O Presidente do Executivo, Rolando Vilaça tomou da palavra para dizer que à semelhança do ponto anterior este era também um contrato que necessitava da aprovação da assembleia para posterior assinatura. O membro Manuel Faria tomou da palavra para dizer que obviamente votariam a favor, mas que deveriam estar em apenso ao contrato os anexos mencionados no mesmo para que fosse possível ver quais as obrigações da Junta de Freguesia. O secretário Sérgio Sereno respondeu assumindo que se tratou de um lapso na digitalização do documento e comprometeu-se a enviar os mesmos. Seguidamente este ponto foi levado à aprovação tendo sido aprovado por unanimidade.









Ponto 7 - Aprovação do Regulamento de apoio à natalidade, após período de consulta pública.

O Presidente da Assembleia, Carlos Silva começou por fazer uma breve explicação do que se iria fazer de seguida e fazer o enquadramento porque na realidade tinha uma ressalva que era necessário ficar registada na sequência da última reunião a propósito do regulamento do cemitério que o membro José António tinha e que enviou por email ao presidente da Assembleia a seu pedido com a nota de que esse regulamente estava em vigor e que foi aprovada em assembleia de freguesia. Em resposta a esse email o presidente da Assembleia solicitou que lhe fosse também enviado a publicação em Diário da República, mas nunca obteve resposta porque na realidade esse regulamento nunca foi publicado. Mais disse que era importante referir que ao abrigo do Código Administrativo e conforme está descrito no próprio regulamento, isto é um regulamento que só é válido depois de ter passado por um conjunto de pressupostos sendo eles: a elaboração por parte do executivo, aprovação do projeto pelo órgão neste caso a assembleia de freguesia, estar em consulta pública por um período no mínimo de 30 dias sempre que se tratar de um regulamento em que envolva os cidadãos. Findo este período de audiência e consulta dos interessados se existirem notas contra ou sugestões de alterações por parte da população, o regulamento volta à assembleia para esta se manifestar sobre as alterações apresentadas, o que pode originar um regulamento totalmente diferente do inicial. Mais disse que esta explicação serve para dizer que todos os regulamentos que existiam na freguesia nunca estiveram algum dia em vigor. Foram efetivamente aprovados em assembleia, mas nunca cumpriram os restantes pressupostos o que faz com que todos os atos decorrentes deles sejam ilegais. Estas obrigações estão em vigor desde a primeira versão do Código do Procedimento Administrativo. O membro Manuel Faria pediu a palayra para dizer que desconhecia esta obrigação e que achava que não era prática comum nas frequesias. O Presidente da Assembleia questionou se existia mais alguma intervenção ou dúvida sobre o processo. O membro José António Vilaça questionou se a informação de que os regulamentos estavam em consulta pública só foram publicados no site da Junta da Freguesia ou se existiu algum outro aviso. O Presidente da Assembleia antes de passar a palavra ao Executivo pediu para registar algo que faltou na sua anterior intervenção, informando que todos os regulamentos foram enviados pela assembleia, através do executivo, ao Diário da República dizendo que os regulamentos estavam em discussão pública e descrevendo obrigatoriamente o local da sua afixação. O secretário Sérgio Sereno acrescentou que além do site esteve afixado também em todos os painéis informativos. O Presidente da Assembleia acrescentou que nesta fase o regulamento não está publicado na íntegra apenas a informação de que está em consulta pública. Findos estes esclarecimentos o regulamento foi levado à aprovação tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 8 - Aprovação do Regulamento de Taxas e Licenças, após período de consulta pública.

O Presidente da Assembleia, Carlos Silva, questionou se existia alguma intervenção ou pedido de esclarecimento. Não havendo o regulamento foi levado à aprovação tendo sido aprovado por unanimidade.

Ponto 9 - Aprovação do Regulamento do Cadastro de Inventário, após período de consulta pública.

O Presidente da Assembleia, Carlos Silva, questionou se existia alguma intervenção ou pedido de esclarecimento. Não havendo o regulamento foi levado à aprovação tendo sido também aprovado por unanimidade.

Ponto 10 - Aprovação do Regulamento do Cemitério, após período de consulta pública.

O Presidente da Assembleia, Carlos Silva voltou a questionar se existia alguma intervenção ou pedido de esclarecimento. Não havendo o regulamento foi levado à aprovação tendo sido também aprovado por unanimidade.







Ponto 11 - Aprovação do Regulamento da CAF/AAF, após período de consulta pública.

O Presidente da Assembleia, Carlos Silva, questionou se existia alguma intervenção ou pedido de esclarecimento. Não havendo o regulamento foi levado à aprovação tendo sido também aprovado por unanimidade.

Ponto 12 - Análise do relatório do estatuto do Direito da Oposição, nos termos da alínea f) do n.º 2 do art 9º, lei 75/2013.

Neste ponto, o Presidente da Assembleia, Carlos Silva, passou a palavra ao Executivo. O Presidente do Executivo, Rolando Vilaça começou por pedir desculpa aos membros por só ter enviado a informação agora quando o deveria ter feito até 31 de março justificando que como estava próxima a presente assembleia decidiram aguardar para esta data. O membro Manuel Faria tomou da palavra para dizer que votariam contra porque discordavam com o disposto no ponto B do número 3 visto que que nunca foram auscultados para a elaboração dos orçamentos. O Presidente da Assembleia questionou há quantos anos o documento em apreço é igual ao que o Presidente da Junta respondeu há vários. O Presidente da Junta, Rolando Vilaça continuou dizendo que mantiveram o mesmo critério do ano anterior e como entendiam que o documento do anterior executivo estava bem feito, decidiram usar o mesmo. No seguimento desta informação, o membro José António Vilaça proferiu o comentário "estavam tapadinhos", numa alusão aos atuais membros do executivo, na altura membros da oposição. Face a este comentário o Presidente da Assembleia disse que este insulto ficaria registado em ata. O secretário Sérgio Sereno tomou da palavra para acrescentar detalhes ao que foi dito pelo Presidente da Junta. Disse que, não obstante de ser um documento do anterior executivo, decidiram manter o documento pois mantêm a opinião quanto à auscultação da oposição em sede de assembleia. Não havendo mais pedidos de intervenção passou-se ao ponto seguinte.

Ponto 13 - Informações do Presidente da Junta nos termos da alínea c) do n.º 2 do art 9º, lei 75/2013.

O Presidente da Assembleia passou a palavra ao Executivo para responder às questões colocadas no período antes da ordem do dia. O secretário Sérgio Sereno começou por esclarecer porque decidiram responder neste ponto pois só disponham de 10 minutos para o efeito, o que poderia ser manifestamente insuficiente para responder a todas as questões de forma clara e com um debate construtivo à volta das mesmas. Começou por responder à questão do membro José António Vilaça quando a transparência relativa à publicação das atas do executivo dizendo que mantinham o critério de métrica de publicar de 6 em 6 meses. Quanto às atas da assembleia, frisou que era falso o que o membro José António Vilaça disse sobre não estarem todas publicadas e disponibilizou-se a ensinar como as poderia consultar se necessário, não deixando de mencionar que achava caricato o comentário do membro José António Vilaça quanto à transparência. Mais disse que se queriam falar em transparência, transparência foi a apresentação que a tesoureira fez à oposição sobre todas as perguntas que foram feitas detalhando, ao pormenor e minuciosamente, onde estava escrito e que não se recordava de tal ter acontecido numa assembleia de apresentação de contas. Quanto à questão da requalificação do parque da EB1 da Estação informou que o executivo reuniu com a Câmara e com o presidente do agrupamento e chegaram à conclusão de que o projeto que existia não servia os interesses da escola. Informou ainda que foi de o entendimento de todas as partes fasear as obras necessárias começando com o parque coberto para que as crianças disponham de um local para o recreio em tempo de chuva e posteriormente a sala para os professores, mas obviamente que não de acordo com o projeto anterior. Quanto à







manutenção do parque, disse que a obra foi realizada pela Câmara e que esta fará chegar em tempo portuno a ficha do mesmo. Aproveitou para acrescentar que a Junta não tinha a ficha do parque do Loteamento da Seara e solicitou ao ISQ o manual, o registo das manutenções feitas e a data da última fiscalização, deixando claro que está tudo de acordo com a lei. Relativamente à questão do membro Manuel Faria quanto aos contratos de exploração de publicidade nas paragens de autocarro apresentou novamente a informação da Cemark, empresa a quem estava concessionada a paragem para a exploração de publicidade onde esta esclareceu que, por esquecimento, não chegou a ser assinado nenhum contrato. De seguida o Presidente de Junta tomou da palavra para responder às questões da membro Liliana Costa relativamente ao cemitério pois gostaria que ficasse claro que respondeu na devida altura conforme consta em ata. Relativamente ao falecimento do Sr. José Manuel Dias da Cunha informou que foi a família que pediu que não fosse nada publicado nas redes sociais e esse pedido foi respeitado. Passando às informações do Presidente e apesar de todos os membros terem acesso ao documento (em anexo a esta ata) procedeu à sua leitura para que o público tivesse conhecimento. De seguida tomou da palavra o secretário Sérgio Sereno para responder à nota deixada pela membro Liliana Costa relativamente à realização da caminhada solidária que coincidiu com a missa de sétimo dia do Sr. José Manuel Dias da Cunha afirmando que o que o membro tinha dito era mentira esclarecendo que a caminhada terminou longe do largo precisamente por existir essa missa tendo sido o percurso alterado para terminar no parque de merendas. Mais informou que tiveram o cuidado de limpar o largo logo após a partida da caminhada para que não ficasse nenhuma evidência alusiva a uma atividade festiva num dia tão triste para a família. O membro Manuel Faria tomou da palavra para dizer que ficou surpreendido sobre a alteração do projeto da escola visto que as necessidades foram elencadas na altura pelo Professor Rui, coordenador da escola e pelo agrupamento. Prosseguiu com o tema da transparência para dizer que o executivo não publicitava as datas e horas das reuniões do executivo nem mesmo da que era obrigatória que fosse aberta ao público terminando a questionar onde estava a transparência. O secretário Sérgio Sereno tomou da palavra para responder ao membro Manuel Faria dizendo que em relação às atas, a lei diz que tem que ser publicadas, mas não define um timing para o mesmo, que a lei também diz que deve estar disponível em local público a periodicidade das reuniões do executivo e que as mesmas estão publicas e demonstrou aos presentes onde consta essa informação no site da Junta de Freguesia repondo desta forma a verdade. Para concluir a tesoureira Sandra Costa pediu da palavra na sequência de se falar de transparência e cumprimento da lei dizendo que fizeram uma pesquisa no Base. Gov e que o único procedimento que apareceu em nome da Junta de Freguesia de Tadim dizia respeito à construção do auditório e informou que todos os atos que decorram de um procedimento que não esteja publicado no Base. Gov são considerados ilegais nomeadamente, os pagamentos e rematou referindo que só se estava a referir a três obras mais recentes enumerando o parque infantil do Loteamento da Seara, as obras das áquas pluviais do Banido e as obras da Escola do Padrão mais concretamente, o pagamento da caixilharia. Mais disse que achava caricato que a oposição pedisse ao executivo os processos dos procedimentos quando o deviam fazer à assembleia e quando o poderiam também consultar na Base.Gov.

Ponto 14 - Aprovação de ata em minuta.

O Presidente da Mesa procedeu à leitura da ata em minuta e de seguida questionou os membros se tinham algo a acrescentar, não tendo nenhum membro se pronunciado, sendo a ata aprovada por unanimidade.





Por nada mais haver a tratar, a Assembleia foi encerrada pelas vinte e três horas e cinquenta minutos da qual foi lavrada a presente ata que depois de lida, será assinada pelos membros da mesa.

Tadim, 26 de abril de 2023

Os Membros da Assembleia,

(Carlos Duarte Oliveira e Silva)

(Teresa Mariana Loureiro da Silva)

(Jorge Nuno Canas Cruzeiro dos Reis)

secretario@jf-tadim.pt

Assunto:

FW: Inscrição para o período reservado ao público

De: carlos marques < c.carvalhomarques 57@gmail.com >

Enviada: 28 de junho de 2023 20:43

Para: assembleia@jf-tadim.pt

Assunto: Inscrição para o período reservado ao público

Exmo. Senhor

Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia de

TADIM

Carlos Manuel da Cunha Carvalho Marques, residente na Rua Nova do Trigal, n.º 10, desta freguesia de Tadim, titular do Cartão de Cidadão número 04978230 4ZX5, emitido pela República Portuguesa e válido até 17-07-2029.

Venho por este meio efetuar a minha inscrição para o período reservado ao público na Assembleia de Freguesia de Tadim a realizar no dia 28-06-2023.

O tema que pretendo abordar, está relacionado com duas situações no Lugar Trigal, que distam sensivelmente cada uma 200 metros, da minha residência.

Uma referente à passagem sob a via férrea, que faz a ligação do início da rua Nova do Trigal e final da rua Dr. Luís Almeida Braga, a segunda situação é referente a uma parcela de terreno inculta, que se localiza na rua Nova do Trigal, duas situações que já foram comunicadas, ao Sr. Presidente do executivo da freguesia de Tadim em junho de 2022 e até à presente data tudo permanece na mesma. A situação da passagem sob a via férrea, é do conhecimento do executivo e foi amplamente divulgada em 23-09-2021 na página "JUNTOS POR TADIM".

Com os melhores cumprimentos

Tadim, 28 de junho de 2023

Carlos Manuel da Cunha Carvalho Margues

secretario@jf-tadim.pt

De:

Carlos Silva <carlos.silva@investbraga.com>

Enviado:

1 de julho de 2023 12:19

Para:

Sérgio Sereno (Secretário)

Assunto:

FW: Suspenção

Olá Sergio

Para anexar à acta pf.

Com os melhores cumprimentos

Carlos Silva

De: Liliana Isabel Vilaça Da Costa < livcosta 87119@gmail.com>

Enviada: 26 de junho de 2023 12:44

Para: Assembleia <assembleia@jf-tadim.pt> Cc: Manuel Faria <manuel.faria@orfama.pt>

Assunto: Suspenção

Bom dia

Por motivos pessoais venho por este meio solicitar a suspensão do mandato por um período de 15 dias.

Obrigada

Cumprimentos,

Liliana Isabel Vilaça da Costa

Declaração de Voto

Os elementos do Partido Socialista com assento na Assembleia de Freguesia de Tadim, decidiram votar contra na aprovação da acta nº 2023/1 de 26/04/2023, dado que, até ao momento, não receberam alguns documentos que deveriam ser entregues juntamente com a documentação.

Assim, na Assembleia realizada na data acima indicada, o membro Manuel Faria alertou que, entre outros documentos, não tinham sido enviados os anexos correspondentes aos subsídios recebidos e atribuídos (ponto 2 da ordem de trabalhos) e também não tinham sido enviados os anexos (ponto 6 da ordem de trabalhos).

Questionou ainda se tinha sido esquecimento.

Os membros do executivo, Sandra Costa e Sérgio Sereno, assumiram o esquecimento e comprometeram-se a enviar os documentos em falta.

Dado que até ao momento ainda não recebemos esses documentos, não podemos aprovar o documento e, por isso, o nosso vota contra.

Tadim, 28 de Junho de 2023

DEFESA DA HONRA

Exmos. membros da assembleia de Freguesia de Tadim,

Os membros Sérgio Sereno e Rolando Vilaça vem requere a defesa da sua honra na sequência das declarações proferidas pelo membro desta assembleia José António Vilaça durante a apresentação e discussão do ponto 12 - Análise do relatório do estatuto do Direito da Oposição, nos termos da alínea f) do n.º 2 do art.º 9º, lei 75/2013.

No momento é que o Presidente Rolando Vilaça falava para responder ao membro Manuel Faria sobre a utilização do referido relatório, o membro José António Vilaça proferia em tom de ironia a frase "*Estavam Tapadinhos*" numa clara alusão ao tempo em que os membros visados eram oposição.

Estas declarações e o tipo de comportamento que o membro José António Vilaça tem constantemente nas assembleias de freguesia, enquanto outros estão na posse da palavra, são reprováveis, insultuosas e ofendem o bom nome do visados, que durante o tempo em foram oposição sempre se pautaram por uma conduta cordial e postura construtiva, sempre pensando no superior interesse da freguesia.

Tadim 28 junho de 2023

Os Representantes da Coligação

Registado

Voto de Louvor

Excelentíssimo Presidente da Assembleia de Freguesia,

Eu, Eduardo José Pinto Gonçalves, submeto a esta distinta assembleia o presente Voto de Louvor em reconhecimento e apreço ao Futebol Clube de Tadim, clube de futebol local que conquistou, no passado mês de maio, o título de campeão da Série A da 1ª Divisão Distrital de Braga, alcançando a tão almejada subida à Divisão de Honra.

É com grande satisfação que testemunhamos o notável percurso desportivo do Futebol Clube de Tadim ao longo da última época, que cativou cada vez mais adeptos, levando ao Campo da Seara centenas de entusiastas do futebol. Tal feito revela o comprometimento, a dedicação e a perseverança de todos os envolvidos, desde os jogadores, equipa técnica, dirigentes e, principalmente, os adeptos, que se uniram em torno do mesmo objetivo e contribuíram para o sucesso desportivo alcançado.

Ao longo da competição, o Futebol Clube de Tadim demonstrou um desempenho exímio, evidenciando uma performance de excelência nos diversos jogos disputados, refletindo o espírito de equipa, a disciplina tática e o talento individual dos seus jogadores, representando ao melhor nível os valores e o nome da freguesia.

A ascensão para a Divisão de Honra representa um marco histórico para o Futebol Clube de Tadim, pois além de colocar o clube em um patamar de maior competitividade, também promove o nome da freguesia e enaltece a dedicação de todos os envolvidos no desporto local. A conquista desta promoção é motivo de orgulho para a comunidade, pois mais do que um feito desportivo, é uma prova de resiliência e capacidade de superação diante das dificuldades enfrentadas pelo clube nos últimos anos.

Reconhecer e enaltecer o trabalho árduo e a excelência desportiva do Futebol Clube de Tadim é um dever que nos cabe como representantes da comunidade. Assim este Voto de Louvor representa o reconhecimento do mérito e a gratidão pelo brilhante desempenho do clube, que através da sua dedicação e esforço, tornou-se um exemplo a ser seguido por outras instituições desportivas.

Em meu nome e de todos os habitantes de Tadim, que se queiram juntar, formalizo o presente louvor e felicito o Futebol Clube de Tadim pela conquista do título de campeão da Série A da 1ª Divisão Distrital de Braga, desejando que o clube continue a trilhar o caminho do sucesso desportivo, contribuindo para a promoção e desenvolvimento do desporto na nossa freguesia.

Voto de Louvor proposto a aprovação em assembleia de freguesia.

Braga, 28 de junho de 2023

Educado Sose Pirlo Gonadues

Aprovado 7/maiona =



Voto de Pesar

Foi com profunda tristeza que a Freguesia de Tadim recebeu a notícia do falecimento de Manuel de Araújo Costa, no passado dia 30/05/2023, autarca exemplar e grande benemérito desta comunidade.

Manuel de Araújo Costa dedicou grande parte da sua vida ao serviço da Freguesia de Tadim, tendo sido eleito tesoureiro da mesma durante 3 mandatos.

Também fez parte dos órgãos sociais da Casa do Povo de Tadim, F.C. de Tadim, Confraria do Santíssimo Sacramento e Conferência de S. Vicente de Paulo onde deixou um legado de dedicação, honestidade e trabalho árduo.

Além disso, deixou também a sua marca na área do restauro de Arte Sacra em várias igrejas do país, tendo-se destacado como um verdadeiro mestre nesta arte.

Para além de todas as suas atividades e trabalhos realizados, Manuel de Araújo Costa sempre foi um grande benemérito de Tadim, dedicando-se em particular ao arranjo dos altares da igreja.

O falecimento de Manuel de Araújo Costa representa uma grande perda para a Freguesia de Tadim e para todos os que tiveram o privilégio de o conhecer e trabalhar com ele.

Neste momento de tristeza, apresentamos os mais sinceros pêsames e solidariedade à família e amigos.

Que a sua memória seja sempre recordada com carinho e admiração pela sua grandeza enquanto homem e autarca exemplar.

Depois de lido e aprovado o voto de pesar proposto pelo Partido Socialista, a Assembleia de Freguesia deve dar conhecimento á família da deliberação.

Tadim, 28 de junho de 2023

O grupo parlamentar do Partido Socialista da Freguesia de Tadim

Los Antanio Aluerios 14 Aunio Vilaca

= Aprovado P/

JUNTA FREGUESIA DE TADIM

Informações do Presidente da Junta nos termos da alínea c) do n.o 2 do art 90, lei 75/2013.

O presente documento pretende dar conta das atividades desenvolvidas no período compreendido entre o dia 01 de abril de 2023 e o dia 26 de junho de 2023. Esta informação decorre do definido pela alínea e) do número 2 do Artigo 9º do Anexo I à Lei nr. 75/2013, 12 de setembro

- Foi necessário interromper temporariamente as obras de requalificação da antiga escola do padrão para resolução da ligação do saneamento dos novos WC's, tendo as mesmas sido já retomadas.
- Está já em fase final o estudo/projeto do recreio coberto da EB1, obra que esperamos lançar no segundo semestre de 2023.
- Concluímos a requalificação do Jardim em frente ao campo do FC Tadim.
- Foi concluída a substituição total das telas dos WCs de apoio ao auditório assim como a instalação de sistema de ventilação.
- Concluímos com sucesso as negociações para o prolongamento do ramal de Gás natural até ao limite da freguesia, obra que já se encontra no terreno.
 Este trabalho foi pensado e planeado para ser executado antes da requalificação da estrada municipal.
- Continuamos em negociação com a empresa para levar o Gás também a zona do Banido.
- Concluímos o projeto do parque da Agras, obra que esperamos lançar no segundo semestre de 2023.
- Assinalamos o dia da criança com uma tarde de diversão para os mais novos.
- Arranca na próxima semana as férias de verão para os jovens com um mês cheio de atividades e simultaneamente uma semana para os seniores.
- Estamos a trabalhar em vários projetos para a freguesia nomeadamente, Requalificação da Rua do Soutelo, projeto já em fase final, Balneários do Pav. Gimnodesportivo, Candeias, Escola EB23.